

‘O mundo outro em movimento’ por mulheres indígenas

**Mariana Wiecko
Volkmer de Castilho**

vcastilhobr@yahoo.com.br

Es licenciada y master en Geografía (UFRGS/1996; UnB/1999) y doctora en Ciencias Sociales (PPGEC-sA-UnB/2023). Posee experiencias con pueblos indígenas, quilombolas y comunidades tradicionales. Posee experiencias con consultorías independientes para instituciones del Estado y ONG. Posee experiencia como servidora pública en ámbito federal con el tema de la Seguridad Alimentaria. Fue educadora popular da Comissão Pastoral da Terra

RESUMEN

El texto pretende dar visibilidad a los movimientos -no sólo los institucionalizados- de las mujeres indígenas, en el día a día, en el amplio movimiento indígena y/o en otros espacios para construir otro mundo en el que los derechos de la Naturaleza y de los Pueblos Indígenas sean, de hecho, respetados.

PALABRAS CLAVE: mujeres indígenas, corpo-territorio, Guarani, Estado

ABSTRACT

The text aims to give visibility to the movements - not only the institutionalized ones - of indigenous women, on a daily basis, in the broad indigenous movement and/or in other spaces to build another world in which the rights of Nature and of Indigenous Peoples are, in fact, respected.

KEYWORDS: indigenous women, body-territory, Guarani, State.

O texto pretende dar visibilidade aos movimentos - não apenas os institucionalizados - de mulheres indígenas, no dia a dia, no movimento indígena amplo e/ou em espaços outros para construir um outro mundo em que os direitos da Natureza e dos Povos Indígenas sejam, de fato, respeitados.

Meu lugar de fala é o de uma mulher branca, mãe, latino-americana, militante antirracista, sujeita política de conhecimento e companheira de processos sociais e políticos coletivos, em diferentes lugares do Brasil e além-fronteiras. Partilho dos feminismos comunitários e de(s)coloniais. Ao mostrar todas essas pessoas dentro de mim mesma - como dizia Anzaldúa -, não as quero apagadas, omitidas. Pelo contrário, é para que me lembrem de quem sou: dos meus privilégios, das minhas falhas, omissões e opressões; do que representa minha presença nas partilhas com coletivos étnicos ou outros e como quero estar (junto) com as demandas desses coletivos, especialmente de mulheres.

As indígenas mulheres têm tido protagonismo e participação central no processo de re-existência. Estão na vanguarda do movimento, seja de mãos dadas com os homens, seja em movimentos "mulheris", na luta por seus direitos e contra a violência que alveja todo tipo de menina, adolescente, mulher adulta ou anciã. No Brasil, elas estão mobilizadas em projetos coletivos, que envolvem retomadas de antigas aldeias e ocupações de territórios tradicionais; autonomia alimentar; valorização da saúde indígena e promoção à educação escolar específica e bilíngue; sustentabilidade ambiental; defesa do território. A relação com apoiadores e/ou parceiros institucionais é dialógica e busca a horizontalidade.

66

Corpo-Território

A Mapuche Moira Millán fala que as mujeres indígenas são "cuerpas-territorio" e que a terra as habita, pois "hay una unidad indivisible de pertenencia identitaria y esa relación con la tierra nos permite entender la construcción y el respecto a la amorosidad y la reciprocidad entre todos los seres y las formas de vida en este sistema"¹.

Nesse conceito, Moira Millán atenta para cinco elementos vitais para as feministas ditas comunitárias: o corpo, o espaço, o tempo, o movimento e a memória.

O *corpo* é o primeiro campo de ação e luta, a base da existência. Lugar da repressão, mas também, da liberdade. Ao mesmo tempo, existência individual e coletiva que se desenvolve em três áreas: a vida cotidiana, a própria biografia e a história dos povos indígenas (Paredes, 2010). Lorena Cabnal (2010), por exemplo, concebe os corpos

1 Para maiores informações ver: Diálogos entre cosmovisiones por el buen vivir. Vandana Shiva e Moira Millán. <https://youtu.be/fyroimdhNfo?list=LL>. 15 maio 2021.

femininos como territórios diariamente atacados pelo sistema capitalista e pela implementação de políticas neoliberais. As mulheres são as principais vítimas do Estado que adota modelos econômicos que (re)produzem formas de violências que afetam o corpo e o espírito – machismo, sexismo e racismo – os bens naturais e o bem viver. Ou seja, o corpo feminino pode ser pensado como o primeiro “território” conquistado e ocupado pelo colonizador (homem, branco, cristão, europeu e heterossexual). Contudo, é a partir dele que se pode realizar uma luta política transformadora por condições de vida digna (Sacavino, 2016).

Na perspectiva do feminismo comunitário não podemos pensar o território sem pensar no corpo e sem pensar o corpo como ligado à terra numa dimensão material e subjetiva, porque “en la tierra en donde se está la chacra, la milpa, que se transmite los saberes, en donde nos multiplicamos como identidades, en donde vamos pasando nuestra ancestralidad con nuestras hijas, nuestros hijos” (Cruz, 2020).

Os corpos são territórios e estes são corpo social, ambos têm um vínculo insolúvel: o que se passa ao corpo, passa ao território. Por exemplo, o uso do mercúrio na extração de ouro da Terra Indígena Yanomami contamina rios e solos e também os corpos das pessoas e dos animais (peixes, por exemplo) que são alimento. Os vínculos entre os indígenas e a Natureza se modificam. O que antes eram rios e águas para a socialização se convertem em lugares que rompem o próprio corpo.

Outro elemento é o espaço, entendido como o lócus vital para o corpo se desenvolver. É onde a vida se move e se promove. Compreende o tangível como a casa, a terra, a escola, a rua e o intangível, como a política e a cultura (Paredes, 2010). Não é apenas a extensão horizontal do chão, da terra ou do território, onde a vida acontece. Transcende o concreto: inclui subjetividade, afetividade e vínculos culturais, sociais e espirituais com o cosmos e com a Terra. É algo integral. A invasão colonial abriu brechas e feridas nas concepções espaciais ao se apropriar dos territórios ancestrais, bens naturais, conhecimentos, sem contar a apropriação dos corpos, especialmente das mulheres. Desde então, observa-se uma violência histórica e opressora, discriminação e desigualdade para o território primeiro, o corpo feminino e no território ancestral, a terra, ambos lugares para a realização da vida em plenitude.

O tempo está imbricado no espaço, sendo considerado condição para a vida que corre graças ao movimento da natureza e aos atos conscientes. Está relacionado à cotidianidade, compreendida como um movimento cíclico, sem o qual a vida não poderia subsistir. O movimento é uma das propriedades da vida que garante subsistência, construindo organização e propostas sociais. Dá a sensação de estar vivo, cuidando e projetando a vida, localiza a comunidade nas relações de poder e nas possibilidades de concretizar suas decisões. Em síntese, é o lugar da reapropriação dos sonhos (Paredes, 2010).

Por fim, tem-se a memória, as raízes das quais os povos se originaram, a força e a energia que constroem a identidade desde antes do nascimento. Conecta com os antepassados, permite trazer à tona as lutas de seus ancestrais e impulsionar mulheres e homens a manter suas lutas nos dias de hoje.

A partir desses cinco elementos num primeiro momento evidenciarei os corpos em movimentos das e dos Guarani nas retomadas de seus territórios ancestrais.

Corpos em movimentos: retomadas guarani

Aqui não falo apenas em mulheres, mas também em homens que se complementam nas lutas.

As lutas das/os Guarani como povo não estão separadas dos lugares onde nasceram, vivem, caminham e atuam/trabalham. Elas têm força e formas próprias e dizem respeito à defesa, recuperação e afirmação de seus territórios ancestrais. Seus territórios são/estão constantemente invadidos por particulares - com o apoio do Estado - de interesse para diversos empreendimentos: imobiliários, turísticos, agronegócio. Famílias inteiras são expulsas de seus territórios ancestrais, e quando não, estão confinadas em pequenas áreas e sem acesso a políticas públicas em nível municipal, estadual e federal.

No caso das/os Guarani, elas/es estão em constantes ressignificações de suas lutas, especialmente daquelas que dizem respeito à demarcação de seus territórios. Na análise feita por Keese dos Santos (2021:330), na atualidade as manifestações de rua e uma retórica de confronto se contrapõem às descrições que atribuem aos Guarani a fama de passivos e de medrosos, de um povo que 'apenas foge'. A seu ver, são: "Nem só guerreiros, nem só pacíficos".

Nessa construção de um outro mundo em movimento, as ações públicas e políticas das/os Mbya giram em torno da defesa dos territórios e dos bens comuns, com retomadas de antigas aldeias; fechamento de rodovias; ações simbólicas como a retomada do Pateo do Collegio, o protesto na abertura da Copa do Mundo de 2014, em São Paulo, quando jovens indígenas levaram clandestinamente uma faixa com os dizeres: Demarcação Já! ou; na ousada ação de ocupação das instalações das antenas de transmissão no Pico do Jaraguá, em 2017, quando lideranças fincaram uma bandeira, com a frase "Jaraguá é Guarani". Por três dias, ao desligar momentaneamente o sinal de algumas antenas, conseguiram visibilidade da mídia e pressionar o governo de São Paulo para dialogar (Keese dos Santos, 2021).

As retomadas são uma demonstração de autonomia e autodeterminação. O termo retomada no dicionário quer dizer "reconquista ou recuperação; ação ou efeito de retomar, de voltar a possuir". Quando se trata de retomada de território indígena, de

modo sucinto e abreviado, pode-se dizer que consiste em processo de recuperação, pelos próprios povos indígenas, de áreas ancestrais que se encontram em posse de não-indígenas. É uma ação política desenvolvida coletivamente. Pelo país afora, de Norte a Sul, retomadas têm sido realizadas: seja pela omissão do Estado em garantir os direitos previstos nos arts. 231 e 232 da Constituição Federal de 1988 e no art.67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; seja para reafirmar identidades étnicas que foram negadas, apagadas, invisibilizadas, permitindo que sejam vistos como sujeitos políticos².

Em São Paulo, as/os Guarani deram início em 2012. Entre os anos de 2013 e 2015, organizaram a campanha "Resistência Guarani SP" e foram às ruas cobrar a demarcação de suas terras. Jerá Miri, liderança feminina da Aldeia Kalipety, na Terra Indígena Tenondé Porã, conta "somos um povo mais calmo, mais paciente, mais cauteloso, mais de paz, mas já tinha esperado demais, estava na hora de pensar em outras estratégias, de movimento, de luta, pra começar então uma nova história" (Tupã; Hotimsky, 2017:790). Lembra que, no início, as anciãs e os anciões estavam bastante preocupados: "vocês não podem ir pra rua, juruá é mau, juruá mata por qualquer coisa; certamente eles vão matar vocês. E aí eles tiveram muito medo". Mas, "a gente se uniu, se juntou e aí, no final, tinha os mais velhos junto também; a gente estava indo pra luta, pra matar ou morrer".

Nessa crença foram para as ruas, bloquearam a rodovia dos Bandeirantes, ocuparam a Avenida Paulista na cidade de São Paulo, cantando e dançando. Realizaram atos mostrando a força e a união da luta indígena, e esperaram algo positivo acontecer, pois era impossível que suas vozes não fossem ouvidas pelos juruá. E, nada! Decidiram, então, fazer retomadas em áreas já reconhecidas pelo órgão estatal indigenista, a Funai, mas ainda não demarcadas. A primeira área que resolveram retomar foi a aldeia Kalipety, "uma área que teoricamente tinha dono, mas que o dono tinha abandonado há mais de dez anos. Era uma área que tinha eucalipto, mas tinha Guarani nascido aqui, que, meu pai contou, tinha plantado eucalipto aqui pros juruá (Tupã; Hotimsky, 2017:791).

As terras Guarani no estado de São Paulo ainda não foram homologadas, homens e mulheres continuam na luta na defesa e proteção de seus territórios ancestrais. O povo Guarani está intrinsecamente vinculado à terra, que não é um mero objeto. Na terra estão impressas relações com a Natureza e com todos os seres que nela habitam e o modo como se envolvem com ela. Assim, o adoecimento/ a perda da terra - território, se desdobra em doenças físicas e espirituais aos primeiros. É "pelas ações de recuperação territorial que o território vem sendo curado" (Alarcon, 2019:360).

2 Para maiores informações ver Jéssica Carvalho. Voltar para continuar: processo de retomada indígena no Maranhão. <https://cimi.org.br/2022/04/retomada-indigenamaranhao/>.

Ao longo de 2021, em plena pandemia da Covid-19, três retomadas de aldeias aconteceram na TI Tenondé Porã. Nas palavras de Tiago Karai, na decisão de retomar: “Os espíritos dos nossos ancestrais nos guiam. A retomada é feita nessa busca. É muito difícil compreendê-la, mas nós que somos indígenas conseguimos entendê-la perfeitamente”³. Desde 2012 já são 13 aldeias retomadas. Elas atendem à “falta de espaço pra plantar; falta de sentido no cotidiano, de reproduzir a vida guarani [...] à espera de uma doação e, por causa disso, acaba agredindo a si próprio, seu próprio corpo, pela tristeza que tudo isso evoca.”⁴

A recuperação do território conferiu aos Guarani a possibilidade de resgatar cultivos alimentares tradicionais, a partir da restauração de biodiversidade em áreas com solos degradados, combinando práticas tradicionais de cultivo com técnicas contemporâneas da agroecologia e da permacultura além de intercâmbio de sementes com outras comunidades indígenas e com os juruá; sem contar com a viabilização de técnicas alternativas para infraestrutura das tekoa e no cuidado com rios e nascentes (Keese dos Santos; Oliveira, 2020).

Alarcon (2019), chama a atenção para o fato de que são as memórias que criam as condições para as retomadas; elas rememoram o que os ancestrais ensinaram. As áreas retomadas significam terra para produzir (roças e relações), e se apresenta como uma oportunidade de atualizar um modo de vida próprio, que passa pela possibilidade de realização de rituais que deixaram de ser realizados.

A recuperação dos territórios tem levado as/os Guarani a mudarem suas estratégias de luta. Articulam-se em comissões locais e regionais junto com o movimento indígena mais amplo, bem como em encontros continentais, a fim de discutir, diagnosticar, deliberar e reivindicar os processos demarcatórios de seus territórios. Além disso se aliam a outros movimentos sociais, organizações não governamentais e universidades. Estão buscando “a criação de um ‘mundo outro’”, um “espaço-refúgio onde possam ‘respirar’” com autonomia na produção e reprodução da vida seja o foco (Zibechi, 2020: 67).

Portanto, as retomadas realizadas pelos povos indígenas em quaisquer locais do Brasil constituem um processo não apenas de resistência, mas de re-existência.

3 Para maiores informações ver: Gabriela Moncau. Retomadas em todo o país: indígenas ocupam suas terras ancestrais, ainda que sob ataque. <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/14/retomadas-em-todo-o-pais-indigenas-ocupamsuas-terras-ancestrais-ainda-que-sob-ataque>.

4 Para maiores informações ver: Roda de conversa Esquiva – vida e cultura Guarani em São Paulo. Jerá Poty Mirĩ e Lucas Keese dos Santos. <https://youtu.be/N6Pie2MkfuM>. 03 de abril de 2021.

As tekoa/aldeias têm sido um lócus dessa re-existência. É a partir das práticas coletivas cotidianas focadas na relação entre seres humanos e com a Natureza que se busca construir esse mundo outro. As mulheres e os jovens têm tido protagonismo e participação central neste processo. Elas e eles se mobilizam nos trabalhos coletivos – que envolvem a autonomia alimentar; a promoção à saúde; a educação escolar específica e bilíngue; a sustentabilidade ambiental; a defesa do território; a cessação da violência contra a mulher. Como aludido por Zibechi (2020:71) “trabalhos coletivos são relações sociais, as formas em que as comunidades se reproduzem como relações heterogêneas em relação às homogêneas, criando e sustentando o comum”.

As/os Guarani estão tratando de “resgatar” e reafirmar suas próprias ontologias e epistemias, nas suas práticas territoriais e culturais, para enfrentar as “cinco lógicas ou modos de produção da não-existência”, apontadas por Souza Santos (2010): (i) monocultura do saber e do rigor do saber; (ii) monocultura do tempo linear; (iii) monocultura da naturalização das diferenças; (iv) lógica da escala dominante, com duas formas principais: o universal e o global; (v) monocultura dos critérios de produtividade capitalista.

Em nível estadual, em 2006, foi criada a Comissão Guarani Nhemonguetá, articulação de lideranças e caciques de Santa Catarina e Paraná, que faz parte da Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Pari passu são realizados Encontros Continentais, visando a articulação, reflexão e ação das/os Guarani na Argentina, Brasil, Paraguai e Bolívia. Já ocorreram quatro edições: as duas primeiras foram realizadas no estado do Rio Grande do Sul, (2006 e 2007), depois passaram a deslocar-se pelos demais países que constituem a territorialidade Guarani. Em novembro de 2010, durante o 3º Encontro Continental, no Paraguai, foi criado o Conselho Continental da Nação Guarani, como um espaço de articulação política e de reivindicação de direitos junto aos Estados nacionais. Em 2015, na Argentina, aconteceu o 4º Encontro a fim de promover debates e formular diretrizes de fortalecimento do povo Guarani.

Os Guarani – impregnadas/os de sua espiritualidade, paciência, generosidade, força do coração e de belas palavras – estão abertas/os ao diálogo e à escuta sensível e comprometida com os Estados Nacionais, a fim de construir novas e verdadeiras parcerias para um marco de governança que reconheça seus territórios ancestrais, seus saberes e fazeres no que respeita à relação naturezicultura, para que possam continuar existindo.

Corpos femininos confrontando o Estado

Entre 2019 e 2022, não houve espaço de diálogo com o Estado brasileiro. As, demarcações de terra foram paralisadas e houve liberação para a mineração, o arrendamento, o cultivo da soja, a criação de gado, o ingresso de missões religiosas nos territórios originários, ampliando e intensificando disputas territoriais e extrativistas.

Corpos e territórios foram violentados e invadidos por empreendimentos extrativistas que transformam e reconfiguram a vida dos povos originários; produzem mudanças nas relações locais e nas relações de gênero intracomunitárias e se correlacionam com os enfrentamentos de re-existência na luta pelo reconhecimento de seus direitos.

A violência gerada pelo extrativismo deixa rastros no próprio território e nos corpos, especialmente das mulheres. A natureza, assim como os corpos das mulheres, é sacrificada para permitir a reprodução do capital. Veronica Gago (2020:108-109) afirma que “cada corpo é um território de batalha, um amálgama sempre mutante e aberto ao devir, um tecido que é agredido e que precisa se defender e que, ao mesmo tempo, se refaz nesses enfrentamentos, que persevera enquanto tece alianças”.

Alessandra Korap, do povo Munduruku, diz: “a colonização nunca parou. Ela tem avançado cada vez mais”. Para ela, a colonização só mudou a roupagem, hoje, está na “caneta”, quando o governo federal e o Congresso Nacional querem fazer aprovar projetos de lei que insistem em violar direitos indígenas, assegurados na CF/88 e tratados internacionais, como a Convenção 169, da OIT. Para Korap “essa caneta acaba ferindo a gente”⁵. O lugar de fala de Alessandra é o médio rio Tapajós, no Pará, região onde projetos extrativistas: madeira, agronegócio, mineração estão expropriando indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais de seus territórios tradicionalmente ocupados. Sofrem as consequências de um modelo econômico e político de herança colonial.

| 72

Alessandra faz parte da Associação de Mulheres Indígenas Munduruku – Wakomborum, no município de Jacareacanga, cuja sede foi depredada, queimada e saqueada em março de 2021. Os ataques desferidos foram uma resposta às vozes e corpos das mulheres. Elas estão incomodando e o Estado as tenta silenciar. Alessandra acredita na luta conjunta de mulheres e de homens, para resistir aos desafios impostos pelos projetos extrativistas, buscando um território mais vivível, onde todas as espécies do planeta – pessoas; seres diversos, como os habitantes da floresta ou do mundo invisível, tenham uma vida digna. Que todos possam ter o direito de viver em liberdade, ter autonomia.

Cabe aqui a reflexão de Verónica Gago (2020:107) sobre como o conceito político de corpo-território evidencia a exploração dos territórios comuns e comunitários, urbanos ou rurais, de indígenas e de camponeses em geral: “[...] a conjunção das palavras corpo - território fala por si mesma: diz que é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem”. Isso porque

5 Aula magna em diálogo e celebração pelos 10 anos do MESPT: “Narrativas da diferença em tempos de intolerância”. Rita Segato, Alessandra Munduruku e Givânia da Silva e mediação de Mônica Nogueira. <https://youtu.be/zXGn-ljRdrY?list=LL>. 27 março de 2021.

o corpo “se revela composição de afetos, recursos e possibilidades que não são ‘individuais’, mas se singularizam, porque passam pelo corpo de cada um na medida em que cada corpo nunca é só ‘um’, mas o é sempre com outros, e com outras forças também não humanas”.

Silvia Federici (2020) assinala que os efeitos da destruição da Natureza pelo capital impactam mais os corpos das mulheres que os dos homens pois estas estão diretamente envolvidas na reprodução da vida, elas criam laços umbilicais com a natureza. As mulheres são as que manejam as sementes, as plantas, os animais, os ambientes naturais, os roçados, os alimentos. O cultivar-se e nutrir-se da terra é um processo reprodutivo contínuo de regeneração, que envolve reciprocidade, ou seja, dar e receber.

Por isso, o recrudescimento da pandemia da Covid-19 coincide com o auge do protagonismo das mulheres, de norte a sul do país, em defesa dos seus corpos físicos e sua extensão imediata, a aldeia, a terra indígena, que constituem, juntas, morada coletiva.

Movimentos Situados

A presença indígena feminina se ampliou bastante no interior das instâncias associativas e organizativas locais, regionais e nacionais. Mas, uma liderança Mbya, cujo nome omito intencionalmente para não a prejudicar, conta que, “pra nós chegarmos aonde chegamos não foi fácil”. No início, os homens não viam com bons olhos a presença das mulheres nos espaços públicos políticos. Ela foi assediada sexualmente e moralmente, “criavam mentiras, histórias que eram lançadas ao vento e chegavam à comunidade”. Sofria com isso, mas se mantinha firme em seu propósito. Ser liderança política, para fora, participar dos movimentos é importante, mas o cotidiano na aldeia também o é. As reuniões a cansavam. Uma vez, questionada sobre porque não iria à reunião e dar mais importância a outras questões do que ao movimento, ela respondeu: “porque sou mulher”. Outra vez respondeu: não vou pra reunião pois preciso lavar roupa”. Esse relato aponta os desafios para alcançar a paridade de gênero e raça e erradicar a violência política de gênero, que ocorrem em todos os âmbitos, inclusive no movimento indígena.

A mobilização das mulheres indígenas no Brasil em termos de organização política institucionalizada data de meados dos anos 1990. É na Amazônia brasileira onde se encontra a maior parte das organizações de indígenas mulheres.

Telma Taurepang (2019), relata que os homens perguntaram: “Pra que ter uma organização de mulheres se tem uma organização que todos [homens e mulheres] ocupamos”? As mulheres precisaram insistir e argumentar. “Nós queremos que as

mulheres se sintam parte desse processo de construção de uma organização que venha atender especificamente as mulheres indígenas”⁶. As indígenas possuem demandas que são próprias delas e querem ser ouvidas e mostrar que existem. Como afirma Paredes (2010), as mulheres, assim como os homens, são sujeitas políticas e epistêmicas e querem ser reconhecidas como tais.

O caráter recente da mobilização se deve, muito provavelmente, às resistências encontradas pelas mulheres dentro do movimento indígena, historicamente controlado por homens. Como sustentado pelas feministas comunitárias, a colonialidade e o patriarcado mantiveram as mulheres indígenas silenciadas, invisibilizadas, ignoradas ou pouco referenciadas nas narrativas e registros sobre as lutas indígenas, relegadas a uma posição subalterna.

É a partir do início do século XXI que a voz das mulheres indígenas da Abya Yala passa a ecoar. No Brasil começa uma discussão forte dentro do movimento indígena brasileiro para mostrar às lideranças masculinas a importância de ouvir as mulheres como parceiras na luta.

As indígenas estão construindo seu espaço de fala e agência no movimento nacional. Elas querem ser respeitadas enquanto indígenas e mulheres para contribuir nas decisões perante seus povos e o Estado brasileiro, sobre políticas públicas que as reconheçam como sujeitas de direitos com especificidades. Embora percebam o poder político dos homens no contato com a sociedade não-indígena elas não falam de opressão, elas querem compartilhar e fortalecer a luta por direitos.

74

A participação cada vez maior de mulheres deu outra cara ao movimento indígena, com novas demandas e debates, seja em âmbito nacional ou internacional: saúde da mulher e das crianças; educação específica e bilíngue; alimentação, sementes, plantas medicinais; projetos econômicos autônomos e sustentáveis; álcool e drogas, violência doméstica; além das contínuas demandas por terra, território, floresta em pé, políticas públicas, e a emergência das mudanças climáticas.

O espaço das indígenas mulheres na construção e implementação de políticas públicas está aquém se comparado ao dos homens. Mas Cabnal (2010) e Celentani (2014) mostram que se ouve a voz das indígenas mulheres contra o patriarcado ancestral e colonial, o racismo, a discriminação, o sexismo, a violência (doméstica e interétnica). Clamam por epistemias feministas de autonomia; emancipação; acesso equitativo às políticas públicas; participação nas tomadas de decisão em questões que lhes digam respeito, tanto do ponto de vista individual como coletivo.

6 Entrevista realizada na cidade de Boa Vista/RR, em 19 de janeiro de 2019.

Nesse sentido destaco a realização, em novembro de 2002, pela Funai, da Oficina de Capacitação e Discussão sobre Direitos Humanos, Gênero e Políticas Públicas que objetivou colher subsídios para a elaboração de um documento propondo diretrizes que deveriam orientar as Políticas Públicas para Mulheres Indígenas (Segato, 2003). Desde então, a Funai passou a considerar que gênero consiste no conjunto de relações, atitudes, papéis, ações e representações que envolvem homens e mulheres; dizem respeito a como o feminino e o masculino são construídos, como organizam, classificam e se fazem presentes nas relações sociais, entre pessoas, grupos e sociedade de modos diversos.

Dez anos depois, em 2013, realizou-se o I Seminário de Mulheres Indígenas e Segurança Alimentar e Nutricional, oportunidade em que as participantes escreveram uma Carta ao Estado brasileiro em que chamam a atenção para o papel fundamental da mulher indígena como educadora e detentora do conhecimento da medicina e da agricultura tradicional, e demandam políticas que preservem e estimulem os saberes milenares, fortaleçam a liderança das mulheres e considerem a segurança alimentar como um “conjunto interligado” de território, saúde, educação, hábitos alimentares e qualidade dos alimentos (Consea, 2014: 90-91).

A cacica da aldeia Yaka Porã, na TI Morro dos Cavalos, no estado de Santa Catarina, é coordenadora da Comissão Nhemonguetá. Em uma conversa com ela, entre risos, disse: “estou aqui para coordenar os homens, como já estive uma vez! [...] voltei a terminar o que eu tinha deixado por fazer!”⁷. Depois, em tom sério e pausado, contou que uma das conquistas foi a criação do Polo Base de Saúde direcionado ao Povo Guarani. A partir do Polo Base, as/os Guarani lograram a contratação de motoristas guarani; veículos para deslocamento de urgência e emergência; equipe médica com atendimento semanal no interior das comunidades; atendimento odontológico.

Ainda em Santa Catarina existe uma organização de mulheres Guarani: a Comissão Kunhangue, criada em 2019. No ano seguinte houve um primeiro encontro com o lema: “Nosso território, nossa mãe”, onde participaram mais de 300 mulheres Guarani. Elas trouxeram em suas bagagens memórias, vivências, cultura, ancestralidade, sementes tradicionais e ervas medicinais a fim de refletirem sobre a importância do “empoderamento” das mulheres; o combate à violência sobre seus corpos, mentes e espíritos; e o papel da mulher no interior das aldeias, na sociedade e na política. Para elas, as mulheres têm uma responsabilidade que transcende a individualidade: são as guardiãs das sementes; as que trazem as crianças ao mundo; que levantam o povo na luta pela terra. Elas também refletiram sobre o ser mulher; sobre seus direitos e

7 A maioria dos caciques Guarani em Santa Catarina são homens, apenas cinco mulheres.

deveres; sobre as diferentes formas de violência que as atingem, a começar pela falta das terras tradicionais e a consequente ausência de políticas públicas, como os serviços básicos de saúde e educação (Revitalizando Culturas, 2020).

O segundo encontro aconteceu em 2021, regido pelos “aconselhamentos com nossas Xejaryi (anciãs), no aprender ouvindo e, também, fazendo as boas práticas de alimentação, cuidado e resguardo, sobre nossos remédios e curas”. Ao longo de cinco dias, compartilharam histórias de vida, saberes, choros, abraços, risos e cuidados. Falaram sobre os problemas de saúde que advém dos alimentos industrializados, cada vez mais presentes nas comunidades, bem como a relação comunitária com os alimentos da cultura. Refletiram sobre os muitos tipos de violência que as fazem sofrer. Querem que as mulheres nas comunidades tenham mais participação nas organizações e conselhos (Racismo Ambiental, 2021).

Além das organizações em nível local, estadual e regional, as indígenas mulheres, de todos os biomas, estão organizadas na Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) pela garantia dos direitos e da vida dos povos indígenas. Ao longo do ano de 2021, elas realizaram a Caravana das Originárias da Terra, através de 18 encontros em 14 estados brasileiros, alcançando diretamente 846 indígenas mulheres e mais de 5 mil de forma indireta⁸.

| 76

Considerações finais

A força das mulheres indígenas em movimento é revelada nas Marchas nacionais realizadas em Brasília, capital do país, ocorridas em 2019 e 2021. A primeira com o lema: “Território: nosso corpo, nosso espírito” objetivou dar visibilidade às ações das mulheres indígenas, com a discussão de questões inerentes às suas diversidades, “reconhecendo e fortalecendo os seus protagonismos e capacidades na defesa e na garantia dos direitos humanos aos povos indígenas, em especial o cuidado com a mãe terra, com o território, com o corpo e com o espírito”⁹. Reuniu mais de 2.000 mulheres de 130 povos indígenas.

Os corpos femininos indígenas, pintados com o vermelho do urucum, reivindicaram autonomia; emancipação; acesso equitativo às políticas públicas; participação na tomada de decisões; bem como, o reconhecimento e valorização da diferença. No

8 Para maiores informações ver: <https://anmiga.org/carta-manifesto-do-i-seminario-das-originarias/>

9 Para maiores informações ver: Leonardo, Milano. “Vem aí a Primeira Marcha das Mulheres Indígenas”. <https://jornalistaslivres.org/vem-ai-a-primeiramarcha-das-mulheres-indigenas/>.

documento final (2019), as indígenas enfatizam que “o sentimento da violação do território é como o de uma mãe que perde seu filho. É desperdício de vida. [...]. É desrespeito aos que morreram pela terra. É a perda do sagrado e do sentido da vida”¹⁰.

Durante a pandemia de Covid-19, elas criaram espaços de conexão para fortalecer a Articulação de Mulheres Indígenas, retomando “valores e memórias matriarcais para avançar em pleitos sociais relacionados aos territórios”, assim como o movimento indígena como um todo, acrescentando conhecimentos de gênero e geracionais.

A segunda Marcha das Mulheres Indígenas (2021) reuniu 4.000 pessoas e teve como lema “Mulheres originárias: reflorestando mentes para a cura da Terra”.

Há mais de 500 anos, os povos indígenas são oprimidos e muitos foram aniquilados pelos não-indígenas e pelos agentes estatais. Agora, a partir de 2023, com o recém-criado Ministério dos Povos Indígenas e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas comandados por mulheres indígenas; bem como homens e mulheres indígenas eleitos/as¹¹ para o Congresso Nacional, ainda que em pequeno número, estarão “aldeando” a política e provocando, espera-se, o diálogo intercultural.

Referências

Alarcon, Daniela Fernandes. O retorno da terra: as retomadas na aldeia tupinambá da Serra do Padeiro, Sul da Bahia. São Paulo: Elefante, 2019.

Cabnal, Lorena (2010). Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. ACSUR-Las Segovia. Asociación para la cooperación con el Sur, p. 11-25. Disponível em: <https://porunavidavivable.files.wordpress.com/2012/09/feminismos-comunitario-lorenacabnal.pdf>. [2021, 21 de março].

Celentani, Francesca Gargallo. (2014). *Feminismos desde Abya Yala: ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América*. Editorial Corte y confección, Ciudad de México, 1ª edición digital. Disponível em: <https://francescagargallo.files.wordpress.com/2014/01/francesca-gargallo-feminis->

10 Para mais informações, ver: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/39122/30537>

11 Vitória das deputadas federais eleitas Sônia Guajajara (SP), e Célia Xakriabá (MG), ambas do PSOL. Sônia é ministra do Ministério dos Povos Indígenas e Célia preside a Frente Parlamentar Mista em defesa dos Povos Indígenas, cadeira anteriormente ocupada por Joênia Wapichana, hoje, presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

- mos-desdeabya-yala-ene20141.pdf. [2019, 01 de janeiro]
- Consea. (2014). Seminário de Mulheres Indígenas e Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: Presidência da República.
- Cruz Hernández, Delmy Tania. (2020). Mujeres, cuerpo y territorios: entre la defensa y la desposesión. En: Cruz Hernandez, Delmy Tania; Jimenez, Manuel Bayon. Del Colectivo Miradas Criticas del Territorio desde el Feminismo. Cuerpos, Territorios y Feminismos Compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas. CLACSO, p. 45-62.
- Federici, Silvia. (2020). Reencantar el mundo: el feminismo y la política de los comunes. 1 ed. Buenos Aires: Tinta Limon.
- Gago, Verónica. (2020). A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo. São Paulo: Editora Elefante.
- Keese dos Santos, Lucas. (2021). A esquiva do Xondaro: movimento e ação política Guarani Mbya. São Paulo: Elefante, Coleção Fundo e Forma.
- Keese dos Santos, Lucas; Oliveira, José Eduardo (org.). (2020). Os agricultores Guarani e a atual produção agrícola na Terra Indígena Tenondé Porã [Livro eletrônico]. 1ª ed. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU).
- Paredes, Julieta. (2010) Hilando fino. *Desde el feminismo comunitario*. La Paz: Creative Commons.
- Racismo Ambiental. (2021). *A luta da mulher Guarani na defesa dos territórios*. APIB. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2021/08/02/a-luta-da-mulherguarani-na-defesa-dos-territorios/>. [2021, 02 de agosto].
- Revitalizando Culturas. (2020) Respeito e Igualdade: O Manifesto das Mulheres Guarani. Disponível em: http://revitalizandoculturas.blogspot.com/2020/03/respeito-e-igualdade-manifesto-das_16.html. [2021, 18 de setembro].
- Sacavino, Susana Beatriz. (2016). *Tecidos feministas de Abya Yala: feminista comunitário, perspectiva decolonial e educação intercultural*. Uni-pluri/versidad, v. 16, n. 2, p. 98-106. Disponível em: <https://aprendeonlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/unip/article/view/328317>. [2019, 01 de janeiro].
- Segato, Rita Laura. (2003). Uma agenda de ações afirmativas para as mulheres indígenas do Brasil. 2003. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie326empdf.pdf>. [2019, 01 de junho].

Souza Santos, Boaventura de. (2010) *A Gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Coleção para um novo senso comum, v. 4, 3a ed., Sao Paulo: Cortez.

Tupã, Marcos; Hotimsky, Marcelo. (2017). Jaguata Joupive'i: Caminhando Todos Junto. In: Instituto Socioambiental (ISA). *Povos Indígenas no Brasil 2011/2016*. p. 789-793.

Zibechi, Raul. (2020). *Movimentos Sociais na América Latina: o "mundo outro" em movimento*. Trad. Timo Bartholl, Eduardo Tomazine, Luis Rafael Gomes. Rio de Janeiro: Consequência Editora.